

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui doze empresas, sendo dez mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e três faculdades, distribuídas em vinte Estados do país.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2013, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.23).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	100	100
Estácio Editora	100	100
	Indireta - %	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.	100	(*)
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	(*)
Unisãoluis Educacional S.A ("Unisãoluis")	100	(*)
UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	(*)
Sociedade Educacional da Amazônia ("Seama")	100	(*)

(*) Controladas adquiridas em 2012 (Nota 2.3)

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Combinação de negócios

(i) Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")

Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia - FAA ("FAA"). O valor da transação foi de R\$ 20.092, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.274 a pagar referente a esta aquisição.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

(ii) ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")

Em 22 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$ 12.400 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal - FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

(iii) Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios ("Nova Academia")

Em 7 de abril de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"). O valor da transação foi de R\$ 16.078, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, não havendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011.

Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado do Rio de Janeiro (informações não auditadas).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")

Em 12 de abril de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da FATERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal Estado do Rio Grande do Norte. O valor da transação foi de R\$ 22.000 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.757 a pagar referente a esta aquisição.

Em 31 de março de 2011, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prósperas capitais da região Nordeste (informações não auditadas).

(v) Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")

Em 5 de abril de 2012, o Grupo adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da SEAMA, mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação.

Essa aquisição possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade.

(vi) IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples LTDA ("IDEZ")

Em 25 de junho de 2012, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da IDEZ, mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$ 2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

(vii) Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")

Em 1º de agosto de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da FARGS, mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

(viii) UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")

Em 21 de agosto de 2012 o Grupo adquiriu a totalidade das ações da UNIUOL, mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor transação da UNIUOL foi de R\$ 616, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnólogos e 6 de pós-graduação

(ix) Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis")

Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Unisãoluis, com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 22.154, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos. A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das aquisições, realizadas em 2011 e 2012:

Contraprestações pagas e valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos - Aquisições realizadas em 2011

	<u>FAL</u>	<u>FABEC</u>	<u>FATERN</u>	<u>NOVACP</u>	<u>EDITORIA</u>	<u>ATUAL</u>	<u>Total</u>
Valor da aquisição							
Caixa	2.312	1.000	7.960	15.079	5	11.473	37.829
Compromissos a pagar	<u>888</u>		<u>1.731</u>			<u>500</u>	<u>3.119</u>
Total da Contraprestação	3.200	1.000	9.691	15.079	5	11.973	40.948
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>6.932</u>		<u>8.626</u>	<u>(243)</u>		<u>7.857</u>	<u>23.172</u>
Ágio	<u>10.132</u>	<u>1.000</u>	<u>18.317</u>	<u>14.836</u>	<u>5</u>	<u>19.830</u>	<u>64.120</u>
Fundo de comércio	2.056	1.000	3.337	818		4.327	11.538
Goodwill	8.076		14.980	14.018	5	15.503	52.582

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>FAL</u>	<u>FATERN</u>	<u>NOVACAP</u>	<u>ATUAL</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	636	(685)	146	31	128
Clientes	282	588	4.278	2.590	7.738
Credores diversos	273	10	182	18	483
Despesas antecipadas		7			7
Depósitos judiciais	27	9			36
Outras contas a receber	1.356	70		1.215	2.641
Consórcios				83	83
Impostos a recuperar				99	99
Imobilizado	862	3.962	1.060	2.257	8.141
Empréstimos e financiamentos	(4.321)	(3.748)		(165)	(8.234)
Fornecedores	(574)	(5.767)	(48)	(367)	(6.756)
Obrigações trabalhistas	(347)	(1.122)	(669)	(1.402)	(3.540)
Obrigações tributárias	(3.308)	(1.672)	(56)	(1.400)	(6.436)
Contas a pagar	(220)	(190)			(410)
Contingências	(84)	(88)			(172)
Partes relacionadas	(1.275)			(7.232)	(8.507)
Outras obrigações				(100)	(100)
Mensalidades antecipadas			(4.650)	(293)	(4.943)
Parcelamentos				(3.191)	(3.191)
Provisões	(239)				(239)
Ativos líquidos adquiridos	<u>(6.932)</u>	<u>(8.626)</u>	<u>243</u>	<u>(7.857)</u>	<u>(23.172)</u>

Contraprestações pagas e valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos - Aquisições realizadas em 2012

	<u>SEAMA</u>	<u>IDEZ</u>	<u>FARGS</u>	<u>UNIUOL</u>	<u>Unisãoluis</u>	<u>Total</u>
Valor da aquisição						
Caixa	15.110	1.586	7.000	566	9.957	34.219
Compromissos a pagar	<u>5.000</u>	<u>396</u>	<u>2.000</u>	<u>50</u>	<u>12.197</u>	<u>19.643</u>
Total da Contraprestação	20.110	1.982	9.000	616	22.154	53.862
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>(1.243)</u>	<u>670</u>	<u>(387)</u>	<u>652</u>	<u>7.636</u>	<u>7.328</u>
Ágio	<u>18.867</u>	<u>2.652</u>	<u>8.613</u>	<u>1.268</u>	<u>29.790</u>	<u>61.190</u>
Fundo de comércio	832	605	558	312	3.288	5.595
Goodwill	18.035	2.047	8.055	956	26.502	55.595

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	SEAMA	IDEZ	FARGS	UNIUOL	Unisãoluis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	606	221	370	104	232	1.533
Clientes	2.819	96	565	122	351	3.953
Credores diversos	102	14	256	1	3	376
Despesas antecipadas			10			10
Depósitos judiciais	315		26		123	464
Imobilizado	1.364	260	568	160	2.736	5.088
Empréstimos e financiamentos	(1.403)		(5)	(7)	(456)	(1.871)
Fornecedores	(115)	(5)	(38)	(8)	(653)	(819)
Obrigações trabalhistas	(650)	(641)	(828)	(649)	(470)	(3.238)
Obrigações tributárias	(502)	(173)	(43)	(227)	(441)	(1.386)
Contas a pagar	(2)	(32)	(76)	(7)	(162)	(279)
Partes relacionadas		(109)				(109)
Outras obrigações	(3)	(230)	(150)	(92)	(5.794)	(6.269)
Provisões	(1.288)	(71)	(268)	(49)	(3.105)	(4.781)
Ativos líquidos adquiridos	1.243	(670)	387	(652)	(7.636)	(7.328)

2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

2.9 Provisão para devedores duvidosos

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é

contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.14 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do período pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontada a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores uma plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2012	2011
Margem bruta (i)	38,7%	34%
Taxa de crescimento (ii)	5%	5%
Taxa de desconto (iii)	14,6%	14,1%

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência dessa alteração de norma.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2015.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia.
- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013 e não trará impactos relevantes de incremento na divulgação para a Companhia.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e bancos	132	154	18.132	18.509
Aplicações financeiras		1.376		3.348
Caixa e equivalentes de caixa	132	1.530	18.132	21.857
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	39.505	109.424	51.068	
Fundo de Investimento	1.105		2.908	108.526
Operações Compromissadas	47.885	37.671	68.364	39.039
Títulos e valores mobiliários	88.495	147.095	122.340	147.565
	88.627	148.625	140.472	169.422

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados a uma taxa de 100,0% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012 (de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 80% a 104,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012 (de 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2012 - 7,25%; 2011 - 11%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2012 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
FIES	55.735	36.452
Mensalidades de alunos	267.668	241.404
Cartões a receber	18.982	12.165
Acordo a receber	19.896	26.430
Taxas a receber		4.379
	<u>362.281</u>	<u>320.830</u>
Créditos a identificar	(6.187)	(7.468)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(76.437)</u>	<u>(69.292)</u>
	<u>279.657</u>	<u>244.070</u>

Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostas federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012	%	31 de dezembro de 2011	%
FIES	55.735	15	36.452	11
A vencer	76.258	21	60.578	19
Vencidas até 30 dias	37.217	10	39.986	12
Vencidas de 31 a 60 dias	31.599	9	30.649	10
Vencidas de 61 a 90 dias	28.839	8	31.485	10
Vencidas de 91 a 179 dias	56.196	16	52.388	16
Vencidas a mais de 180 dias	<u>76.437</u>	<u>21</u>	<u>69.292</u>	<u>22</u>
	<u>362.281</u>	<u>100</u>	<u>320.830</u>	<u>100</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

Consolidado				
	31 de dezembro de 2012	%	31 de dezembro de 2011	%
A vencer	7.558	38	9.098	34
Vencidas até 30 dias	2.349	12	4.006	15
Vencidas de 31 a 60 dias	917	5	2.360	9
Vencidas de 61 a 90 dias	1.109	5	2.414	9
Vencidas de 91 a 179 dias	3.159	16	4.396	17
Vencidas a mais de 180 dias	4.804	24	4.156	16
	<u>19.896</u>	<u>100</u>	<u>26.430</u>	<u>100</u>

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	31 de dezembro de 2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	31 de dezembro de 2012
Mensalidades e taxa	56.815	137.117	(56.558)	80.559	(77.672)	59.702
Adquiridas	<u>12.477</u>	<u>24.404</u>	<u>(9.545)</u>	<u>14.859</u>	<u>(10.601)</u>	<u>16.735</u>
	<u>69.292</u>	<u>161.521</u>	<u>(66.103)</u>	<u>95.418</u>	<u>(88.273)</u>	<u>76.437</u>

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

- (i) Alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência).
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (iv) Para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC, constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

No exercício findo em 31 de dezembro a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 26), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Complemento da provisão	95.418	66.208
Baixa de cobrança e depósito não identificados	427	(8.226)
Venda da carteira de clientes	(5.195)	(3.850)
PDD adquiridas no ato da aquisição (**)	(11.108)	
Outros	505	225
	80.047	54.357

(**) Representa o saldo de PDD no balanço patrimonial das adquiridas no ato da aquisição, que, portanto não transitaram pelo resultado consolidado da Companhia.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	Indexação
Ativo circulante					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	813	19.783			110% CDI
IREP		2.722			110% CDI
Nova Academia do Concurso		182			110% CDI
FAL		924			110% CDI
FATERN		51			110% CDI
IREP	78	78			110% CDI
Editora	6				
	<u>897</u>	<u>23.740</u>			
Pessoas ligadas			259	259	100% CDI
	<u>897</u>	<u>23.740</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	
Despesas antecipadas (i e ii)		1.399	1.300	1.415	
Fundo de investimento (iii)	1.027				
	<u>1.027</u>				
Ativo não circulante					
AFAC - Investimentos (Nota 8)					
Nova Academia	705	1.204			
Estácio Editora		250			
SESES	<u>35.900</u>	<u>43.642</u>			
	<u>36.605</u>	<u>45.096</u>			
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	3.119	2.688			110% CDI
IREP	<u>3</u>	<u>8.833</u>			110% CDI
	<u>3.122</u>	<u>11.521</u>			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição resultado

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Resultado em operações de mútuo		
Juros recebidos	379	243
Juros pagos	(331)	(531)
Resultado líquido em 31 de dezembro	<u>48</u>	<u>(288)</u>

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorou pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato.

O referido contrato que foi contabilizado em despesas antecipadas foi liquidado em 31 de julho de 2012.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a AREmor Consultoria e Treinamento Ltda ("AREmor"), empresa pertencente a um membro da Diretoria da Companhia, cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à AREmor R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.
- (iii) Em 16 de agosto de 2012, a Companhia aplicou o valor de R\$ 1.000 no Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual, cuja carteira é composta por cotas do fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP ("Fundo BRZ"). A GP Investimentos possui participação de 91,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R\$ 1.027 aplicados no respectivo fundo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Seguros	100	1	1.393	95
Material didático (*)			6.128	3.517
Antecipação de férias e encargos			21.522	4.652
Outras despesas antecipadas	442	1.398	3.225	2.718
Total	542	1.399	32.268	10.982
Ativo circulante	542	1.399	30.931	10.318
Ativo não circulante			1.337	664
	542	1.399	32.268	10.982

(*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem são contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período a que se referem.

7 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
IRPJ	6.301	5.143	15.761	13.249
CSLL	249	155	2.112	1.467
PIS	(2)	2	171	220
COFINS	(5)	13	501	758
ISS	74	57	11.581	1.906
INSS			1.194	586
FGTS			43	6
IOF	105	99	111	105
	6.722	5.469	31.474	18.297
Ativo circulante			10.588	12.828
Ativo não circulante	6.722	5.469	20.886	5.469

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda- Seses	453.115	349.144
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	350.141	300.405
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	14.814	13.519
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	(18)	(10)
	818.052	663.058

As informações das controladas está representada a seguir:

	Participação	Qtd. de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência Patrimonial
Seses	100%	267.227	609.571	192.357	417.214	35.900		50.884
Irep	100%	211.000	454.503	166.804	287.699		62.442	84.881
Nova Academia de Concurso	100%	4.475	3.995	3.903	92	705	14.018	(1.623)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	64	(23)		5	(8)
Total - 31 de dezembro de 2012			1.068.110	363.128	704.982	36.605	76.465	134.134

	Participação	Qtd. de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência Patrimonial
Seses	100%	127.247	522.735	217.233	305.501	43.642		41.432
Irep	100%	209.500	381.446	143.481	237.965		62.442	49.866
SESSA								109
Nova Academia de Concurso	100%	1.057	4.400	5.849	(1.448)	1.204	13.762	(1.946)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	1	41	307	(265)	250	5	(265)
Total - 31 de dezembro de 2011			908.622	366.870	541.753	45.096	76.209	89.196

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010

	<u>530.423</u>
Equivalência patrimonial	89.196
Ajuste de avaliação patrimonial	409
Aquisições	498
Goodwill	13.767
Baixa de investimento	(4.163)
Adiantamento para futuro aumento de capital	84.697
Dividendos	(55.154)
Opções outorgadas	<u>3.385</u>

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2011

	<u>663.058</u>
Equivalência patrimonial	134.134
Aumento de capital	86.156
Dividendos	(93.699)
Reserva de retenção de lucros (i)	23.865
Opções outorgadas	<u>4.538</u>

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012

	<u>818.052</u>
--	----------------

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.866. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.866 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

Em 8 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000, que convertido a taxa de câmbio do dia da venda, é de R\$ 1.988 com a primeira parcela de US\$ 200.000 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas na data da alienação.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2012.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

	Controladora										Consolidado		
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	6	818	6	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348			2.412	136.685
Adições			818	61.895	19.041			17.118		1.000		5.995	105.049
Baixas				(1.604)								(139)	(1.604)
Transferências				(9.395)	139					9.395		(278)	
Depreciação/amortização					(5.290)	(2.205)	(388)	(3.685)	(470)				(12.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395	2	7.993	227.857
Decorrente de combinação de negócio				61.446	18.069	386		11.597		1.443		11.539	104.180
Adições				(175)									(175)
Baixas				(5.595)	15					5.595			
Transferências					(13.971)	(2.851)	(388)	(1.306)	(469)		(2)	(352)	(23.666)
Depreciação/amortização	(1)	(273)	(274)							(4.627)			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898

	Controladora										Consolidado		
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012													
Decorrente de combinação de negócio											2		2
Custo total	7	818	825	204.190	70.565	14.656	1.940	46.837	2.348	17.133		19.797	377.466
Amortização acumulada	(2)	(273)	(275)	(6.924)	(39.515)	(9.118)	(1.403)	(6.425)	(930)	(4.627)	(2)	(617)	(69.579)
Valor residual	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898
Saldos em 31 de dezembro de 2011													
Custo total	7	818	825	148.514	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348	10.395		8.258	278.718
Amortização acumulada	(1)		(1)	(6.924)	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)			(265)	(50.861)
Valor residual	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395		7.993	227.857
Taxas anuais de amortização	20% a.a.	20% a.a.		Indefinida	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	5% a.a.	20% a.a.	20% a.a.		20% a.a.	

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ágio em aquisições de investimentos		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Idez	2.047	
Fargs	8.055	
Seama	18.035	
Uniol	956	
São Luis	26.502	
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	15.154
Nova Academia	14.018	13.762
Estacio Editora	5	5
	<u>197.266</u>	<u>141.590</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2012, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

Imobilizado - Controladora

	Computadores e periféricos	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2010	8.097	8.097
Aquisições	317	317
Baixas	(10)	(10)
Depreciação/amortização	<u>(2.336)</u>	<u>(2.336)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>6.068</u>	<u>6.068</u>
Depreciação/amortização	<u>(2.361)</u>	<u>(2.361)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	<u>(5.372)</u>	<u>(5.372)</u>
Valor residual	<u>3.707</u>	<u>3.707</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	<u>(3.011)</u>	<u>(3.011)</u>
Valor residual	<u>6.068</u>	<u>6.068</u>
Taxa anual de depreciação	25,0%	

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

	Equipamentos												Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	de atividades físicas/hospitaisares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobi- lização	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.483	53.455	24.571	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	4.180	210.958
Decorrente de combinação de negócio			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465		8.698
Adições		76	5.760	4.709	27.495	7.382	3.091	5.813	1.717	6.837	20.383		83.263
Baixas	(1.653)	(6.637)	(28)	(264)	(166)	(124)	(47)	(215)	(8)	(31)			(9.173)
Transferências		(123)	3.585		(2)		212				(3.672)		
Depreciação/amortização		(1.257)	(4.942)	(2.502)	(13.021)	(2.506)	(691)	(2.204)	(628)	(743)		(1.451)	(29.945)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Adições		901	2.569	3.762	6.834	9.651	4.566	6.818	1.608	12.165	14.809	512	64.255
Baixas	(350)	(280)	(9)	(25)	(161)	(38)		(2)		(12)		(1.047)	(1.924)
Transferências		1.374	10.767				(8)			8	(12.141)		
Depreciação/amortização		(1.118)	(7.719)	(2.957)	(11.679)	(5.960)	(876)	(2.706)	(893)	(1.618)		(1.034)	(36.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.480	46.451	35.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Custo total	19.480	84.610	100.235	51.084	82.140	63.500	25.287	77.541	12.497	24.365	24.328		565.067
Depreciação acumulada		(38.159)	(65.218)	(27.347)	(53.826)	(37.907)	(11.391)	(33.077)	(4.910)	(4.820)		1.160	(275.495)
Valor residual	19.480	46.451	35.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Saldos em 31 de dezembro de 2011			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465		8.698
Decorrente de combinação de negócio			86.436	45.272	89.557	39.018	20.632	69.035	9.468	12.057	21.195		495.210
Custo total	19.830	82.710	86.436	45.272	89.557	39.018	20.632	69.035	9.468	12.057	21.195		495.210
Depreciação acumulada		(37.196)	(57.490)	(24.511)	(57.021)	(18.409)	(10.517)	(30.386)	(4.017)	(3.289)		2.729	(240.107)
Valor residual	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Taxas anuais de depreciação		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	43.258	35.591
Depreciação acumulada	<u>(30.552)</u>	<u>(26.238)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>12.706</u>	<u>9.353</u>

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Modalidade	Encargos financeiros				
Em moeda nacional					
	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			228	252
Capital de giro				4	39
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a			5.813	2.471
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			1.325	1.842
Contratos de arrendamento mercantil Assist				33	
Contratos de arrendamento mercantil CIT				8	
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês				
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	67.315	46.728	67.315	46.728
Emissão de Debêntures	CDI +1,60%	200.330	201.472	200.331	201.472
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú (Nota 18(d))		4.660	1.591	4.660	1.592
Empréstimo - Banco do Brasil				7	
		272.305	249.791	279.724	254.396
Passivo circulante		9.978	4.901	13.856	6.549
Passivo não circulante		262.327	244.890	265.868	247.847
		272.305	249.791	279.724	254.396

Os custos de captação somam R\$ 3.837 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$ 2.572 dos empréstimos com o IFC (R\$ 636 do 1º empréstimo e R\$ 1.936 do 2º empréstimo) e R\$ 1.265 das debêntures. A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 9,30%.

O Grupo possui a seguinte linha de crédito não utilizadas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Taxa variável		
Com vencimento em até um ano	<u>122.574</u>	<u>126.700</u>
	<u>122.574</u>	<u>126.700</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2013		1.468		2.947
2014	27.336	26.006	28.509	27.484
2015	48.690	46.006	49.874	46.006
2016	68.690	66.006	69.874	66.006
2017	88.690	86.006	88.690	86.006
2018	8.691	6.466	8.691	6.466
2019	8.892	6.466	8.892	6.466
2020	8.892	6.466	8.892	6.466
2021	2.446		2.446	
Passivo não circulante	<u>262.327</u>	<u>244.890</u>	<u>265.868</u>	<u>247.847</u>

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 21.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 43.258.

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. A presente emissão não possuía cláusula de repactuação. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	31 de dezembro de 2012
2013	1.337
2014	19.596
2015	39.799
2016	59.799
2017	79.799
Total	<u>200.330</u>

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 8,60% (2011 - 12,63%).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em Reais.

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Salários e encargos sociais a pagar	136	181	50.367	47.082
Provisão de férias			15.360	10.408
	<u>136</u>	<u>181</u>	<u>65.727</u>	<u>57.490</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
ISS a recolher	2	16	11.161	4.724
IRRF a recolher	16	60	5.583	5.344
PIS e COFINS a recolher	3	179	922	1.060
IOF			384	64
	21	255	18.050	11.192
IRPJ a recolher			3.031	3.215
CSLL a recolher	3	7	1.148	1.220
	3	7	4.179	4.435
	24	262	22.229	15.627

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
IRPJ	72	70
CSLL	115	125
FGTS	12	13
ISS	167	
PIS	66	80
COFINS	346	270
INSS	7.842	4.038
IPTU		54
	8.620	4.650
Passivo circulante	2.210	219
Passivo não circulante	6.410	4.431
	8.620	4.650

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
2013		361
2014	697	361
2015	697	361
2016	697	361
2017	697	361
2018 a 2027	3.622	2.626
	6.410	4.431

15 Compromissos a pagar

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Atual	1.274	1.275
Fal	87	1.332
Fatern	1.757	1.267
Seama	5.145	
Idez	445	
Montessori		1.500
Fargs	2.072	
Uniuol	583	
São Luis	12.802	
	24.165	5.374
Passivo circulante	12.985	5.374
Passivo não circulante	11.180	
	24.165	5.374

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente a aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigidos mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2012 de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Cíveis	3.955	13.138
Trabalhistas	19.241	62.157
Tributárias	9	7.926
	<u>23.205</u>	<u>83.221</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.182	11.929
Trabalhistas	27.894	45.273
Tributárias	343	6.362
	<u>32.419</u>	<u>63.564</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.894	4.182	32.419
Decorrente de combinação de negócios		399	57	456
Adições		4.238	880	5.118
Reversões	(334)	(5.219)	434	(5.119)
Baixas		(8.071)	(1.598)	(9.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>9</u>	<u>19.241</u>	<u>3.955</u>	<u>23.205</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

Composição resultado

Adições	5.118
Reversões	(5.119)
Reversão Responsabilidade Antigos Cotistas	(807)
	<hr/>
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(808)

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.955 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.182 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada, e, aos irmãos, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada, também sob esse título. As partes interpuseram recurso de apelação contra a referida sentença. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. A Companhia interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra-se pendente de julgamento. O saldo em 31 de dezembro é de 2012 é de R\$ 1.068 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2011).

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 73.148 (R\$ 43.185 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Ação de cobrança decorrente de contrato de seguro de saúde, através da qual a seguradora alega, que o prêmio pago não foi suficiente para suportar todos os sinistros verificados na vigência do seguro saúde dos funcionários da Companhia. O processo encontra-se em fase de conhecimento. O valor estimado para esse processo é de R\$ 5.782.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Ação de cobrança de aluguel e outras obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora basicamente pleiteia a condenação da Companhia no (i) pagamento das diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estimado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. Em 15 de setembro de 2011, foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelas partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500.
- (iii) Ação de indenização, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente. Em 10 de abril de 2012, foi prolatada sentença julgando procedente em parte o pedido autoral para condenar a Companhia ao pagamento de R\$ 10 a cada um dos 19 autores à título de dano moral, afastando assim a indenização por dano material e lucro cessante. A ação encontra-se pendente de julgamento, sendo a data de distribuição efetivada em 15 de outubro de 2012. O valor estimado para esse processo é de R\$ 190.
- (iv) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo a Companhia, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 19.241 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 27.894 em 31 de dezembro de 2011).

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 104.324 (R\$ 77.311 em 31 de dezembro de 2011).

As causas classificadas com risco de perda possível decorrem de preponderantemente questionamentos sobre horas extras, férias não gozadas diferenças salariais decorrentes de reduções de cargas horárias de professores.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda possível, destacam-se aquelas movidas por Sindicatos de Professores, tais como:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (aproximadamente de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor estimado é de R\$ 1.500.
- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a consequente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R\$ 500.
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de perícia. O valor atribuído aleatoriamente à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2011).

Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 336.668 (R\$ 206.934 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia informa, ainda, que as ações tributárias classificadas com risco de perda remota, na mesma data, somam o valor de R\$ 954.809.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, podemos destacar:

- (i) Em 2008, foram lavrados 24 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da controlada SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em virtude dos efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de janeiro a novembro de 2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 552.592 para R\$ 360.108 em 2012. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.
- (ii) Em 2011 foram lavrados 4 autos de infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 185.832. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Em 2008, foi movida Ação Popular, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26 de novembro de 2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11 de fevereiro de 2011. Em 1 de março de 2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. Em 14 de junho de 2011, a SESES apresentou suas contra-razões à apelação. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 203.056.
- (iv) Em 2009, foi lavrado auto de infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma *"nova sociedade por quotas limitadas"*; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 163.235. A classificação de risco de perda atribuída pelos os assessores jurídicos externos é remota.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor atribuído a essa demanda é de R\$ 11.770.
- (vi) Em 2009, foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Foi proferida decisão de 2ª instância administrativa desfavorável a SESES. O valor total da autuação é de R\$ 11.882. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.
- (vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.179.
- (viii) Em 1997, foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490.
- (ix) Em 2008, foi interposta ação anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento,

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.867.

- (x) Em 2010, lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.754.
- (xi) Em 2012, foi interposta ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.287.
- (xii) Em 2011, foram lavrados 5 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP - Guia Fiscal de Informações Previdenciárias de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 22.458. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiii) Em 2012, foi lavrado auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da Estácio Participações, tendo por objeto supostos débitos de IRPJ e CSLL. O auto questiona a suposta impossibilidade de dedução de uma série de despesas por não se enquadrarem no conceito de operacionais (art. 299 do Decreto nº 3.000/1999). Foi apresentada impugnação, em 6 de novembro de 2012, através da qual, em linhas gerais, foi sustentado o enquadramento no conceito de operacional. Atualmente, a referida impugnação está pendente de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 3.873. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (xiv) Em 2012, foram recebidas 2 Execuções Fiscais distribuídas pela União Federal/Fazenda Nacional, tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias decorrentes da divergência de interpretação do artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), que trata da gradação para recolhimento de tais contribuições. Em razão de tal divergência de interpretação de dispositivo legal, a Companhia distribuiu uma Ação Ordinária (vide item v da presente nota), na qual aguarda-se julgamento de recurso interposto pela União Federal contra a decisão de 2ª instância que foi totalmente favorável à tese da Companhia. Como a decisão proferida na referida Ação Ordinária não suspende o direito da Fazenda Nacional de cobrar os alegados débitos previdenciários, a Companhia, com base nos mesmos argumentos apresentados naquela Ação Judicial, apresentou os embargos às duas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido dessas execuções é de R\$ 65.736. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 14.913 (R\$ 17.800 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 31 de dezembro de 2012 o capital social é representado por 82.505.351 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	31 de dezembro de 2012	%	31 de dezembro de 2011	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,5	15.290.208	18,6
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5	426.804	0,5
Administradores e Conselheiros	533.799	0,6	2.445.093	3,0
Tesouraria	384.600	0,5	252.500	0,3
Outros	65.869.939	79,9	63.837.332	77,6
	<u>82.505.351</u>	<u>100,0</u>	<u>82.251.937</u>	<u>100,0</u>

Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 20 de abril de 2011, 20 de abril e 12 de setembro de 2012, foram aprovadas a emissão privada de 213.896, 182.622 e 70.792 ações ordinárias nominativas, respectivamente, sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 3.949, R\$ 3.406 e R\$ 1.521, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2010	82.038.041
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20 de abril de 2011	<u>213.896</u>
Em 31 de dezembro de 2011	82.251.937
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20 de abril de 2012	182.622
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 12 de setembro de 2012	<u>70.792</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>82.505.351</u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010 autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, com encerramento previsto para 13 de julho de 2012. Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra, que se encerrará em 15 de abril de 2013.

A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Até 31 de dezembro de 2012 a Companhia exerceu a opção de compra de 121.600 (cento e vinte uma mil e seiscentas ações) ações a um preço médio de R\$ 18,84.

Opções de recompra de ações	Operação	Custo médio	Saldo
31 de dezembro de 2011	86.100	18,48	1.591
Recompra de ações	249.800	19,68	4.916
Exercício da opção de compra	(121.600)	18,84	(2.291)
31 de dezembro de 2012	<u>214.300</u>	<u>19,67</u>	<u>4.216</u>
	Quantidade	Custo médio	Saldo
Opções de recompra de ações	214.300	19,67	4.216
Ações em tesouraria adquiridas	384.600	18,54	<u>7.132</u>
31 de dezembro de 2012			<u>11.348</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do Ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011, e composto da seguinte forma:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (*)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
	96.565	96.565

(*) Lucros auferidos em períodos anteriores a a transformação da Companhia em sociedade empresarial

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 4.538 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.385 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na Nota 21 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2012, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 78.152 a reserva de retenção de lucros, objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração. A Assembleia Geral Ordinária será realizada em 30 de abril de 2013.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício da controladora	109.687	70.155
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(5.484)	(3.508)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	104.203	66.647
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	26.051	16.662
Quantidade de ações em 31 de dezembro	82.505.351	82.251.937
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	384.600	
Dividendo por ação - em reais	0,31722	0,20257

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	35.435			
Empréstimos	26.035	49.820	249.192	35.261
Obrigações com arrendamento financeiro	3.631		3.533	
Compromissos a pagar	12.985	3.457	1.592	6.131
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	18.199			
Empréstimos	30.499	33.852	213.381	120.514
Obrigações com arrendamento financeiro	1.409		3.044	
Compromissos a pagar	5.374			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 28 de novembro de 2012 (7,25% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras (*) 122.340	CDI	7,25% 8.870	9,06% 11.087	10,88% 13.304
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures (200.331)	CDI+1,60	7,25% (17.962)	9,06% (21.651)	10,88% (25.340)
IFC I (48.391)	CDI+1,53	7,25% (4.302)	9,06% (5.193)	10,88% (6.083)
IFC II (18.924)	CDI+1,69	7,25% (1.715)	9,06% (2.064)	10,88% (2.413)
Posição líquida		(15.109)	(17.821)	(20.532)
Cenário queda do CDI				
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras 122.340	CDI	7,25% 8.870	5,44% 6.652	3,63% 4.435
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures (200.331)	CDI+1,60	7,25% (17.962)	5,44% (14.273)	3,63% (10.583)
IFC I (48.391)	CDI+1,53	7,25% (4.302)	5,44% (3.412)	3,63% (2.521)
IFC II (18.924)	CDI+1,69	7,25% (1.715)	5,44% (1.366)	3,63% (1.017)
Posição líquida		(15.109)	(12.399)	(9.686)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Total do passivo	528.307	449.783
(-) Caixa e equivalente de caixa	<u>(18.132)</u>	<u>(21.857)</u>
Dívida líquida	510.175	427.926
Patrimônio líquido	<u>707.035</u>	<u>618.935</u>
Dívida líquida sobre patrimônio	<u>0,72</u>	<u>0,69</u>

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros consolidados abertos pela hierarquia de valor justo:

Consolidado			
31 de dezembro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo financeiro			
Títulos e valores mobiliários		122.340	
		122.340	
31 de dezembro de 2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo financeiro			
Títulos e valores mobiliários		147.565	
		147.565	

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

20 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Em milhares de reais	
	Importâncias seguradas	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Responsabilidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	87.030	66.792
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Vida em Grupo	333.790	27.719
Demais Ramos	2.660	2.360

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 15.145 e R\$ 9.777, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pagos pela Companhia, a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2012 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 639.961 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 3.389.162 ações.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade e Anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield	Valor Call	Fair Value das Opções	Dividendos/Ação
11/07/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,50	4,68	0,97%	14,11	4.515.824	0,23
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,50	4,68	1,62%	6,49	6.389.982	0,23
02/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,50	4,68	1,56%	6,77	381.653	0,23
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,50	4,68	1,55%	7,89	382.777	0,23
13/01/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,50	4,68	1,72%	6,27	6.652.194	0,23
29/09/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,50	4,68	1,13%	10,85	3.157.160	0,23
11/01/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,50	4,68	0,93%	15,42	2.289.025	0,23
01/03/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,50	4,68	1,01%	13,58	2.057.194	0,23
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,20	4,68	1,62%	9,53	2.233.650	0,31
28/07/2010	20,20	58,84%	6,25%	19,20	4,68	1,52%	10,27	2.220.697	0,31
03/11/2010	25,20	57,60%	5,88%	19,20	4,68	1,52%	14,48	289.612	0,31
03/01/2011	27,00	56,55%	5,79%	23,60	4,68	1,14%	14,17	4.623.926	0,31
20/04/2011	23,40	54,94%	6,20%	23,60	4,68	1,32%	11,18	3.080.299	0,31
02/04/2012	19,51	51,66%	4,29%	19,00	4,68	1,65%	8,43	4.300.891	0,32
02/07/2012	24,30	50,78%	4,29%	19,00	4,68	1,23%	12,17	973.847	0,30
06/08/2012	25,99	50,39%	4,29%	19,00	4,68	1,15%	13,52	405.458	0,30
05/11/2012	39,39	49,44%	3,50%	19,00	4,68	0,76%	24,81	620.251	0,30

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2012 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 4.538 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2012.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria Estatutária

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	418.867	23,60	196.190
Concedidas	19,76	490.550	16,83	346.780
Exercidas	19,43	206.006	17,99	124.103
Em 31 de dezembro	22,06	703.411	21,29	418.867

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho de administração

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	18.000	23,60	20.000
Concedidas	19,76	12.000	17,85	20.000
Exercidas	24,00	20.000	19,13	22.000
Em 31 de dezembro	22,75	10.000	21,29	18.000

22 Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

(a) Lucro por ação básico

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.687	70.155
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.424.300	82.198.463
Lucro líquido por ação básico	0,00133	0,00085

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Lucro por ação diluído

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.687	70.155
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.424.300	82.198.463
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>1.002.234</u>	<u>4.624.375</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>83.426.534</u>	<u>86.822.838</u>
Lucro líquido por ação diluído	<u>0,00131</u>	<u>0,00080</u>

23 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receita bruta das atividades	1.971.887	1.632.073
Deduções da receita bruta	(588.599)	(483.636)
Gratuidades - bolsas de estudo	(507.576)	(413.936)
Devolução de mensalidades e taxas	(10.511)	(9.594)
Descontos concedidos	(5.742)	(10.215)
Impostos	(60.753)	(49.891)
FGEDUC	<u>(4.017)</u>	
Receita líquida das atividades	<u>1.383.288</u>	<u>1.148.437</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Custos dos serviços prestados		
Pessoal e encargos sociais	(621.569)	(556.071)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(28.408)	(25.651)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(117.844)	(102.565)
Depreciação e amortização	(43.468)	(27.074)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(28.148)	(24.763)
Outros	(37.923)	(29.411)
Custos dos serviços prestados	<u>(877.360)</u>	<u>(765.535)</u>

25 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas com convênios	1.800	1.800	3.024	3.168
Receitas de aluguéis			7.187	5.966
Intermediação de negócios			918	1.124
Reversões de provisões administrativas			201	476
Outras receitas (despesas) operacionais	(122)	1.196	6.501	1.360
	<u>1.678</u>	<u>2.996</u>	<u>17.831</u>	<u>12.094</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(80.047)	(54.357)
Publicidade			(52.427)	(38.705)
Vendas e marketing			(19.951)	(20.767)
Outras			(5.358)	
Despesas comerciais			(157.783)	(113.829)
Pessoal e encargos sociais	(1.855)	(3.597)	(96.938)	(79.018)
Serviços de terceiros	(3.296)	(6.056)	(44.459)	(44.479)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(1.453)	(2.573)
Material de consumo			(1.629)	(1.576)
Manutenção e reparos	(16)	(11)	(16.209)	(18.150)
Depreciação e amortização (*)	(3.324)	(2.338)	(17.741)	(15.145)
Convênios educacionais	(709)	(980)	(8.384)	(6.289)
Viagens e estadias	(678)	(175)	(3.896)	(3.861)
Judiciais e condenações	(22)		(4.629)	(3.146)
Eventos institucionais	(41)	(2)	(1.635)	(1.062)
Provisão para contingências		2.909	808	(4.661)
Outras	(781)	(2.376)	(21.121)	(16.935)
Despesas gerais e administrativas	(10.722)	(12.626)	(217.286)	(196.895)

(*) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 689.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			6.759	14.066
Rendimentos de aplicações financeiras	10.246	2.257	13.207	8.030
Juros sobre capital próprio		1.500		
Outras	1.627	1.173	2.154	1.780
Receitas financeiras	11.873	4.930	22.120	23.876
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	508	28	6.744	5.634
Juros e encargos financeiros	26.266	7.566	30.383	9.650
Perdão de dívida		3.298		3.298
Descontos financeiros			14.459	6.711
Outras	502	1.268	4.297	4.175
Despesas financeiras	27.276	12.160	55.883	29.468

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.687	70.155	114.927	75.226
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(37.294)	(23.853)	(39.075)	(25.577)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(1.635)	(1.426)
Equivalência patrimonial	45.605	30.326		
Amortização de Ágio			1.812	1.812
Despesas não dedutíveis (a)	(803)	(1.916)	(1.610)	(3.574)
Lucros auferidos no exterior				37
Compensação de prejuízo fiscal	(7.508)	(4.557)	(8.605)	(5.377)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			(349)	
Provisão para contingências			275	(2.574)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(523)	1.985
Reversões de provisões administrativas			68	6
Lei Rouanet			325	
Outras			645	2.400
			(48.672)	(32.288)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			44.913	31.001
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício			(3.759)	(1.287)
Alíquota efetiva - %	0,00	0,00	(2,53)	(1,71)

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e Contribuição Social do exercício corrente	(3.759)	(1.287)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido no exercício corrente	(1.496)	(3.784)
Imposto de renda e Contribuição Social períodos anteriores	15	
	<u>(5.240)</u>	<u>(5.071)</u>

Em 31 de dezembro de 2012 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 10.057. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para contingências	10.419	10.581
Mensalidades a cancelar	523	44
Provisão para desmobilização	2.739	2.740
Amortização ágio	<u>(3.624)</u>	<u>(1.812)</u>
	<u>10.057</u>	<u>11.553</u>
Ativo	11.695	13.365
Passivo	<u>(1.638)</u>	<u>(1.812)</u>
	<u>10.057</u>	<u>11.553</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de dezembro de 2012 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R\$ 3.624 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 15.249. (R\$ 8.023 em 31 de dezembro de 2011) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

29 Eventos subsequentes

Em 24 de janeiro de 2013 a Companhia iniciou a oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 15.914.795 ações ordinárias de emissão da Companhia todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo (i) a distribuição primária de 12.771.392 novas Ações ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de 3.143.403 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada nos Prospectos ("Oferta Secundária"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), ao preço de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por Ação ("Preço por Ação"), nos termos descritos abaixo, perfazendo o montante total de R\$ 668.421.

A realização da Oferta, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como a autorização para o aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de novembro de 2012, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 4 de dezembro de 2012.

* * *